

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE QUATRO POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO PARA A ÁREA FINANCEIRA PARA AS UNIDADES ORGÂNICAS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Método de Seleção Obrigatório - Prova de Conhecimentos

A presente Prova de Conhecimentos é constituída por dois grupos:

Grupo I – Conhecimentos gerais (este grupo é composto por dois subgrupos. O Subgrupo A é composto por doze questões de escolha múltipla, das quais serão sorteadas quatro. O Subgrupo B é composto por três questões de desenvolvimento, das quais será sorteada uma.);

Grupo II – Conhecimentos Específicos (este grupo tem dois subgrupos. O Subgrupo A é composto por trinta questões de escolha múltipla, das quais serão sorteadas dez. O Subgrupo B é composto por três questões de desenvolvimento, das quais será sorteada apenas uma.).

O método de seleção, prova de conhecimentos é realizado com recurso à consulta da legislação indicada pelo Júri no Aviso n.º 6266/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 68, de 05 de abril de 2019.

As fotocópias dos Diários da República que os candidatos podem consultar, **não podem conter quaisquer anotações**. Os membros do júri presentes na sala irão, no decorrer da prova, verificar a legislação trazida pelos candidatos. A prova será imediatamente anulada aos candidatos que tenham na sua posse a legislação anotada.

Serão facultadas aos candidatos folhas para resolução da prova, as quais terão cabeçalho destacável, a fim de manter o anonimato das mesmas.

Durante a prova, em cima da mesa, o candidato apenas poderá ter o presente enunciado da prova, folhas de resolução da prova, a caneta, a legislação e o BI/CC.

A prova de conhecimentos tem a duração de 90 minutos.

Grupo I - Enquadramento Geral**Subgrupo A (doze questões de escolha múltipla a sortear quatro)****Deverá escolher a opção ou opções corretas ou mais completas.**

1. Qual dos seguintes não é um órgão de governo de existência obrigatória nos institutos politécnicos?
 - a) Conselho geral;
 - b) Reitor;
 - c) Conselho de gestão;
 - d) Conselho Permanente.

2. Nos prazos dos atos administrativos são considerados os sábados, domingos e feriados?
 - a) Sim, em qualquer situação;
 - b) Sim, se o prazo for superior a seis meses;
 - c) Sim, se o órgão ou agente administrativo assim o determinar no momento da notificação;
 - d) Nenhuma das anteriores.

3. Quais destes princípios são princípios de enquadramento orçamental:
 - a) Anualidade;
 - b) Não compensação;
 - c) Não consignação;
 - d) Contabilização.

4. A Conta Geral do Estado é aprovada pelo:
 - a) Tribunal Constitucional;
 - b) Ministério das Finanças;
 - c) Assembleia da República;
 - d) Tribunal de Contas.

5. Quem tem competência para a fixação de propinas:
 - a) Presidente do Instituto Politécnico;
 - b) Conselho Geral;
 - c) Conselho de Gestão;
 - d) Reitor.

6. A unidades orgânicas do Instituto Politécnico de Lisboa encontram-se localizadas em:
 - a) Lisboa, Leiria e Porto;
 - b) Lisboa;
 - c) Lisboa e Porto;
 - d) Lisboa e Setúbal.

7. Entende-se por regulamento administrativo:
- a) A sucessão ordenada de atos e formalidades relativos à formação, manifestação e execução da vontade dos órgãos da Administração Pública;
 - b) As normas jurídicas gerais e abstratas que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos;
 - c) O conjunto de documentos devidamente ordenados em que se traduzem os atos e formalidades que integram o procedimento administrativo;
 - d) As decisões que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos numa situação individual e concreta.
8. Um gestor aplica o critério da eficácia com o princípio da boa administração, quando:
- a) Com os recursos disponíveis maximizou os resultados;
 - b) Quando alcançou os objetivos definidos;
 - c) Atingiu os resultados minimizando os recursos imputados ao processo produtivo;
 - d) Adquiriu os recursos ao melhor preço, quantidade, qualidade e oportunidade.
9. Qual das seguintes competências não pertence ao Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa:
- a) Aprovar a concessão de títulos ou distinções honoríficas, sob parecer favorável do Conselho Académico;
 - b) Aprovar a criação, suspensão e extinção de cursos, com base em proposta das unidades orgânicas, nos termos da lei;
 - c) Fixar as taxas e emolumentos;
 - d) Atribuir apoios sociais aos estudantes no quadro da ação social escolar, nos termos da Lei.
10. As carreiras dos trabalhadores com relação jurídica de emprego público distinguem-se em:
- a) Gerais, especiais, unicategoriais, pluricategoriais, de grau de complexidade funcional 1, 2 e 3;
 - b) Horizontais e verticais;
 - c) De grau de complexidade funcional 2, 3 e 4;
 - d) Gerais, especiais, unicategoriais, pluricategoriais, horizontais e verticais.
11. Uma das seguintes unidades orgânicas do IPL tem autonomia financeira, identifique-a:
- a) Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa;
 - b) Instituto Superior de Engenharia de Lisboa;
 - c) Serviços da Presidência;
 - d) Nenhuma das opções anteriores.
12. A mobilidade interna, reveste-se das seguintes modalidades:
- a) Na categoria;
 - b) Intercarreiras;
 - c) Na categoria, intercarreiras ou categorias;
 - d) Nenhuma das opções anteriores.

Grupo I - Enquadramento Geral**Subgrupo B (três questões de desenvolvimento a sortear uma)**

1. Comente o princípio previsto no Código do Procedimento Administrativo subjacente à seguinte disposição "os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta".
2. De que tipos de autonomias gozam as instituições de ensino superior público? Caracterize-as.
3. Quais os órgãos das Unidades Orgânicas do Instituto Politécnico de Lisboa? Qual o modo de eleição, composição e competências destes órgãos? Justifique.

Grupo II - Enquadramento Específico**Subgrupo A (trinta questões de escolha múltipla a sortear dez)****Deverá escolher a opção ou opções corretas ou mais completas.**

1. Os Institutos Politécnicos são dotados de:
 - a) Autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar;
 - b) Autonomia administrativa, financeira e patrimonial;
 - c) Autonomia estatutária, pedagógica, científica, financeira e patrimonial;
 - d) Autonomia pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.
2. O concurso público urgente tem como prazo mínimo para apresentação de propostas:
 - a) 5 dias úteis;
 - b) 48 horas;
 - c) 24 horas;
 - d) 3 dias úteis.
3. O preço base estabelecido no Código dos Contratos Públicos, significa:
 - a) O preço a pagar pela entidade adjudicante em resultado da proposta adjudicada;
 - b) O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto;
 - c) Valor máximo do benefício económico que em função do procedimento adotado pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução de todas as prestações que constituem o seu objeto;
 - d) Nenhum dos anteriores.

4. O regime geral definido pelo Regime da Administração Financeira do Estado consiste:
 - a) Na autonomia administrativa;
 - b) Na autonomia creditícia;
 - c) Nos serviços simples;
 - d) Todas as anteriores.
5. A contabilidade dos serviços integrados caracteriza-se por ser:
 - a) Contabilidade de compromissos;
 - b) Sistema unigráfico na classe 0;
 - c) Contabilidade de caixa;
 - d) Todas as anteriores.
6. Os serviços e fundos autónomos devem possuir:
 - a) Pelo menos 50% de receitas próprias;
 - b) Pelo menos 2/3 de receitas próprias incluindo os fundos comunitários;
 - c) Pelo menos 2/3 de receitas próprias excluindo os fundos comunitários;
 - d) Todas as anteriores.
7. Qual a ordem cronológica pela qual deve ser realizada a despesa pública:
 - a) Proposta de aquisição – cabimento – liquidação - autorização de pagamento - autorização de despesa – compromisso – conferência – processamento – pagamento;
 - b) Proposta de aquisição – cabimento – autorização de despesa – compromisso – conferência – processamento – liquidação – autorização de pagamento – pagamento;
 - c) Proposta de aquisição – cabimento – processamento – autorização de despesa – conferência – liquidação - compromisso – autorização de pagamento – pagamento;
 - d) Proposta de aquisição – cabimento – autorização de pagamento – autorização de despesa – compromisso – conferência – processamento – pagamento – liquidação.
8. Nos termos da legislação aplicável às instituições de ensino superior, quais os tipos de autonomia que as mesmas possuem:
 - a) Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial;
 - b) Autonomia Estatutária, Científica, Pedagógica, Cultural, Administrativa, Financeira, Disciplinar e Patrimonial;
 - c) Autonomia Administrativa, Financeira, Patrimonial e Disciplinar;
 - d) Autonomia Estatutária, Científica, Pedagógica, Cultural, Administrativa.
9. Constituem receitas das instituições de ensino superior público, nomeadamente, as seguintes:
 - a) As dotações orçamentais que lhes forem atribuídas pelo Estado;
 - b) As receitas provenientes de propinas e taxas de frequência de ciclos de estudos e outras formações;
 - c) As receitas provenientes da investigação;
 - d) As receitas derivadas da prestação de serviços, emissão de pareceres, venda de publicações, incluindo o IVA arrecadado;
 - e) Todas as opções anteriores.

10. Nos termos do Código de Procedimento Administrativo, o prazo para apresentar reclamação e recurso contra a omissão ilegal de ato administrativo é:

- a) Um ano;
- b) Seis meses;
- c) 30 dias;
- d) 15 dias.

11. O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), no seu artigo 17º, vem revogar quais diplomas:

- a) POCP (Plano Oficial de Contabilidade Público);
- b) POC Educação (Plano Oficial para o Setor da Educação);
- c) LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso);
- d) CIBE – Cadastro e Inventário de Bens do Estado.

12. Identifique os subsistemas incluídos no SN-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas):

- a) Subsistema de contabilidade orçamental;
- b) Subsistema de contabilidade pública;
- c) Subsistema de contabilidade financeira;
- d) Subsistema de contabilidade de gestão.

13. O SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) será de aplicação obrigatória:

- a) A todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, segurança social, administração regional e local;
- b) Em todos os serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local e empresas públicas;
- c) A todos os serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas;
- d) A todos os serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local e empresas que integrem o setor empresarial público.

14. Constituem receitas próprias de um organismo:

- a) As transferências do Orçamento de Estado;
- b) A venda de bens e prestação de serviços;
- c) As transferências de um Serviço e Fundo Autónomo;
- d) As transferências da União Europeia.

15. O classificador económico das receitas e despesas públicas classifica as despesas em:

- a) Agrupamento e subagrupamento;
- b) Agrupamento, subagrupamento e rubrica;
- c) Capítulo e grupo;
- d) Capítulo, grupo e artigo.

21. Qual o código da classificação económica que identifica a receita pública relacionada com o registo de integração de saldos de gerência?
- a) 04.02.99.0000;
 - b) 15.01.01.0000;
 - c) 08.01.99.0000;
 - d) 16.01.01.0000.
22. O Orçamento de Estado português é estruturado por:
- a) Programas que se desagregam em Medidas e estas concretizam-se através de Atividades;
 - b) Programas que se desagregam em Atividades e estas concretizam-se através de Medidas;
 - c) Atividades que se desagregam em Programas e estes concretizam-se através de Medidas;
 - d) Medidas que se desagregam em Programas e estes concretizam-se através de Atividades.
23. A Lei de Enquadramento Orçamental refere que:
- a) O disposto na LEO prevalece sobre todas as normas que estabeleçam regimes orçamentais particulares que a contrariem;
 - b) O RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) prevalece sobre a LEO;
 - c) Ambas as opções anteriores são verdadeiras;
 - d) Nenhuma das opções anteriores.
24. A Lei de Enquadramento Orçamental consagra princípios orçamentais tais como:
- a) Unidade e universalidade;
 - b) Estabilidade orçamental;
 - c) Sustentabilidade das finanças públicas;
 - d) Todas as opções anteriores são verdadeiras.
25. No código de classificação económica das receitas públicas (DL nº 26/2002) procede à sua especificação por:
- a) Agrupamento;
 - b) Capítulo;
 - c) Grupo;
 - d) Artigo.
26. O código de classificação económica das despesas públicas (DL nº 26/2002) procede à sua especificação por:
- a) Capítulo;
 - b) Grupo;
 - c) Agrupamento;
 - d) Rúbrica.

16. A organização das despesas que tem por objetivo especificar os fins das atividades típicas do Estado recebe a designação de classificação:

- a) Funcional;
- b) Orgânica;
- c) Económica;
- d) Fonte de financiamento.

17. Os documentos associados à contabilidade financeira e a base contabilística subjacente são:

- a) Balanço, Mapas de Execução Orçamental e Demonstração de Resultados – base acréscimo;
- b) Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de caixa - base caixa;
- c) Balanço e Demonstração de Resultados, Fluxos de caixa – base acréscimo;
- d) Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental – base caixa.

18. A contabilidade financeira releva:

- a) A informação relativa aos bens da entidade e aos valores de caixa existentes apurando o saldo entre recebimentos e pagamentos;
- b) A informação relativa aos bens e direitos da entidade, créditos de curto e longo prazo, a situação de fundos próprios, incluindo o resultado do exercício e de exercícios anteriores;
- c) A informação relativa aos bens e direitos da entidade, proveitos e custos, o resultado do exercício e de exercícios anteriores;
- d) A informação relativa aos bens da entidade e aos créditos de curto prazo, a situação de fundos próprios, incluindo o resultado do exercício.

19. As operações de execução orçamental das receitas obedecem aos seguintes princípios, nos termos previstos na Lei de Enquadramento Orçamental:

- a) Princípio da não consignação e da cobrança;
- b) Princípio da segregação de funções de liquidação e cobrança;
- c) Princípio da não compensação e da especificação;
- d) Todas as anteriores.

20. Qual a classificação económica que identifica a despesa pública relacionada com a entrega de IVA ao Estado?

- a) 02.02.25.0000;
- b) 06.02.03.IVA0;
- c) 04.03.01.0000;
- d) 06.02.03.IV00.

27. A classificação económica 07.02.02 identifica qual receita pública?
- a) Propinas;
 - b) Publicações e impressos;
 - c) Multas e penalidades diversas;
 - d) Estudos e pareceres, Projetos e Consultadoria.
28. A seguinte classificação económica 01.01.02 identifica qual despesa pública?
- a) Remunerações Certas e Permanentes - Órgãos Sociais;
 - b) Aquisição de bens - Limpeza e higiene;
 - c) Aquisição de Serviços - Vigilância e segurança;
 - d) Aquisição de Serviços – Formação.
29. Identifique os tipos de alterações orçamentais previstas no SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas):
- a) Alteração orçamental modificativa;
 - b) Alteração orçamental vertical;
 - c) Alteração orçamental horizontal;
 - d) Alteração orçamental permutativa;
 - e) Todas as anteriores.
30. A realização de despesa deve obedecer:
- a) À economia, eficiência e eficácia;
 - b) À conformidade legal;
 - c) À regularidade financeira;
 - d) Todas as anteriores.

Grupo II - Enquadramento Específico

Subgrupo B (três questões de desenvolvimento a sortear uma)

1. A realização de despesa deve obedecer aos requisitos de economia, eficiência, eficácia, conformidade legal e regularidade financeira. Comente.
2. À luz do Código dos Contratos Públicos o que se entende por “preço anormalmente baixo”?
3. Estamos a viver uma reforma no Sistema de Contabilidade na aplicação ao sistema público português. Comente.

Fim

